



APROVO

O Reitor

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

2400000741_SA_56AGIM2024

Aquisição e instalação de mobiliário diverso para o Pavilhão de Portugal, por lotes

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS | 3 |
| Cláusula 1.ª - Objeto do Contrato..... | 3 |
| Cláusula 2.ª - Fundamentação e Caracterização do contrato..... | 3 |
| Cláusula 3.ª - Articulação com os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa | 4 |
| Cláusula 4.ª - Prazo Vigência do Contrato | 5 |
| CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES | 6 |
| SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO | 6 |
| Cláusula 5.ª - Obrigações do Adjudicatário..... | 6 |
| Cláusula 6.ª - Conformidade e Operacionalidade dos Bens..... | 7 |
| Cláusula 7.ª – Fornecimento e instalação dos Bens..... | 7 |
| Cláusula 8.ª - Dever de sigilo e confidencialidade | 9 |
| Cláusula 9.ª - Garantia dos Bens..... | 9 |
| Seção II - OBRIGAÇÕES DOS SERVIÇOS CENTRAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA | 10 |
| Cláusula 10.ª - Preço base | 10 |
| Cláusula 11.ª - Condições de pagamento | 11 |
| Cláusula 12.ª - Obrigações dos SCULisboa..... | 12 |
| Setor III - Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato | 13 |
| Cláusula 13.ª - Gestor do Contrato | 13 |
| CAPÍTULO III - VICISSITUDES CONTRATUAIS | 13 |
| Cláusula 14.ª - Sanções Contratuais | 13 |
| Cláusula 15.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor | 14 |
| Cláusula 16.ª - Resolução do contrato por parte do adjudicatário | 15 |
| Cláusula 17.ª - Resolução do contrato por parte dos SCULisboa..... | 15 |
| Cláusula 18.ª - Caução | 15 |
| CAPÍTULO IV - Disposições finais | 16 |
| Cláusula 19.ª - Deveres de informação..... | 16 |
| Cláusula 20.ª - Comunicações..... | 16 |
| Cláusula 21.ª - Foro competente | 17 |
| Cláusula 22.ª - Direito aplicável e natureza do contrato..... | 17 |
| Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos | 17 |
| Cláusula 24.ª - Especificações Técnicas | 17 |

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto do Contrato

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Universidade de Lisboa na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição e instalação de mobiliário diverso para o Pavilhão de Portugal, por lotes, nomeadamente, lote 1 - Aquisição de mobiliário para a sala de estudo no Pavilhão de Portugal e lote 2 - Aquisição de mobiliário para salas de formação no Pavilhão de Portugal, nos termos indicados nos números seguintes e melhor definidos nas especificações técnicas em anexo ao presente caderno de encargos.
2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Programa de Concurso e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da aquisição de bens, objeto do contrato, e que serão incluídos no contrato a celebrar.

Cláusula 2.ª - Fundamentação e Caracterização do contrato

1. O Edifício da Universidade de Lisboa situado no Parque das Nações designado de Pavilhão de Portugal encontra-se na fase final de remodelação.
O edifício do Pavilhão de Portugal terá como principal função o acolhimento de diversas atividades, como palestras, conferências, formações e exposições.
O edifício do Pavilhão de Portugal disponibilizará também uma sala de estudo, aberta aos alunos, tal como acontece na sala de estudo já existente no Edifício Caleidoscópio, Campo Grande. Pretende-se que este novo espaço seja uma continuidade, quer na disponibilização aos alunos de um espaço de estudo aberto 24 horas, como também, da sua identidade.
Uma vez que não existe mobiliário disponível na Reitoria, nem noutros edifícios dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa para equipar os diferentes espaços do edifício de forma a poder funcionar plenamente, é necessário adquirir mobiliário para salas de formação e para a sala de estudo, essencialmente cadeiras, cadeiras operativas com rodas, carros para o transporte e arrumação de cadeiras e mesas de apoio.
2. No âmbito do contrato a celebrar o adjudicatário deve assegurar que os bens a entregar cumprem com o disposto na Diretiva 2011/65/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 30/2016, de 24 de junho, bem como na Diretiva 2002/96/CE (REEE), de acordo com a reformulação operada pela Diretiva 2012/19/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo

Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, fornecendo os bens em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições estipuladas nas especificações técnicas, bem como nos demais documentos contratuais.

3. O contrato será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. Para além dos elementos referidos pelo número anterior, o contrato a celebrar integra ainda:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.

Cláusula 3.ª - Articulação com os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa

1. Sem prejuízo do adjudicatário ser responsável pelo objeto do contrato, a sua atividade desenvolver-se-á de forma articulada com o gestor do contrato, a quem compete acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos do artigo 290º-A.
2. As relações do adjudicatário com os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa deverão decorrer durante o horário de trabalho praticado pelos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.
3. A entrega e instalação deverá ser comunicada para o email geral.aca@reitoria.ulisboa.pt e instalacoes@reitoria.ulisboa.pt, com a antecedência mínima de 48 horas.
4. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações do Pavilhão de Portugal sito na Alameda dos Oceanos, 1990-221 Lisboa.
5. Em caso de mudança de instalações, o adjudicatário obriga-se a manter as condições negociadas desde que as novas instalações se situem num raio de 20 km em relação às anteriores instalações.
6. Os bens a entregar devem ser acompanhados de guia de remessa com o detalhe exigido na lei em vigor, a entregar no ato da entrega.

-
7. Os serviços de transporte e descarga no local de entrega devem cumprir todas as normas de segurança e ambiente previstas na legislação em vigor.
 8. Os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa poderão proceder no momento de entrega dos bens às seguintes verificações:
 - Quantitativa, para comprovar a conformidade das quantidades entregues e referidas na guia de remessa com as quantidades contratualizadas;
 - Qualitativa, para comprovar se os bens correspondem exatamente aos propostos e verificar a inexistência de deficiências em termos de fabrico, armazenamento, embalagem, transporte e montagem.
 - Os serviços de transporte e descarga no local de entrega cumprem todas as normas de segurança e ambiente previstas na legislação em vigor, devendo as embalagens do material serem de materiais recicláveis ou reutilizáveis;
 9. A participação dos trabalhadores em funções públicas dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, em nada diminui a responsabilidade do adjudicatário, como único responsável pelo objeto do contrato.

Cláusula 4.^a - Prazo Vigência do Contrato

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, designadamente obrigações de sigilo, de conformidade dos bens a adquirir e da garantia dos mesmos, o contrato a celebrar para o lote 1 e lote 2 inicia-se no dia útil seguinte à data da sua assinatura e mantêm-se em vigor até à data de aceitação da totalidade dos bens, pela Universidade de Lisboa, em conformidade com os termos e condições estipulados no presente caderno de encargos, bem como em conformidade com o disposto na lei.
2. O fornecimento e instalação dos bens objeto do lote 1 do procedimento deverá ocorrer no prazo de máximo de 30 (trinta) dias após o envio da nota de encomenda.
3. A nota de encomenda referente ao lote 1 será enviada ao adjudicatário no prazo máximo de 10 (dez) dias após o início do contrato.
4. O fornecimento e instalação dos bens objeto do lote 2 do procedimento deverá ocorrer no prazo de máximo de 90 (noventa) dias após o envio da nota de encomenda.
5. A nota de encomenda referente ao lote 2 será enviada ao adjudicatário no prazo máximo de 10 (dez) dias após o início do contrato.
6. Ambas as partes se obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 5.ª - Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário:

1. Fornecer os bens em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições estipuladas;
2. Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os bens a fornecer, tal como previstos no presente caderno de encargos, nomeadamente as especificações técnicas constantes no Anexo A ao presente caderno de encargos, e na legislação aplicável;
3. Garantir a entrega dos bens no local definido no presente caderno de encargos;
4. Garantir que os bens fornecidos cumprem o disposto Diretiva 2011/65/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 30/2016, de 24 de junho, bem como na Diretiva 2002/96/CE (REEE), de acordo com a reformulação operada pela Diretiva 2012/19/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro;
5. Comunicar antecipadamente à Universidade de Lisboa, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
6. Não alterar as condições do fornecimento dos bens;
7. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os equipamentos, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela Universidade de Lisboa;
8. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento dos bens.

Cláusula 6.ª - Conformidade e Operacionalidade dos Bens

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar os bens à Universidade de Lisboa, em conformidade com as características dos bens e com os termos estabelecidos, nas especificações técnicas previstas no presente caderno de encargos.
2. O Adjudicatário é responsável perante a Universidade de Lisboa por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
3. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, devendo este garantir que os bens são entregues nas instalações da Universidade de Lisboa em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua utilização.
4. O Adjudicatário é responsável pela fase de formação inicial aos utilizadores, quando aplicável.

Cláusula 7.ª – Fornecimento e instalação dos Bens

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir o prazo máximo de vigência do contrato indicado na cláusula 4ª do presente caderno de encargos.
10. O Adjudicatário obriga-se a entregar os bens objeto do contrato nas instalações do Pavilhão de Portugal sito na Alameda dos Oceanos, 1990-221 Lisboa.
2. Em caso de mudança de instalações, o adjudicatário obriga-se a manter as condições negociadas desde que as novas instalações se situem num raio de 20 km em relação às anteriores instalações.
3. O local de fornecimento deverá ser deixado livre de quaisquer embalagens ou lixo consequentes do acondicionamento dos bens, devendo os resíduos ser depositados para reciclagem nos locais próprios, consoante o tipo de material.
4. O Adjudicatário obriga-se a entregar todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização e funcionamento, sendo responsável pela formação inicial dos utilizadores e/ou trabalhadores em funções públicas da Universidade de Lisboa, quando aplicável.
5. Da obrigação a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à Universidade de Lisboa toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
6. Até ao prazo de 15 dias a contar da entrega dos bens objeto do contrato, a Universidade de Lisboa procede à respetiva avaliação, com vista a verificar se os bens entregues reúnem as

-
- características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
7. No caso de a Universidade de Lisboa verificar a não conformidade dos bens entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a Universidade de Lisboa deve informar o adjudicatário, por escrito, no prazo de 15 dias.
 8. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário fica obrigado à sua imediata substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data do envio da nota de encomenda até à finalização da entrega do bem de acordo com as condições exigidas.
 9. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição do bem que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
 10. A rejeição do bem disponibilizado nos termos da presente cláusula não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização.
 11. A rejeição do bem por parte da Universidade de Lisboa pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.
 12. A substituição dos bens rejeitados pelo adjudicatário deve ser efetuada dentro do prazo máximo de 10 (cinco) dias úteis a contar da data de envio da notificação.
 13. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o fornecimento do bem em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade inferior, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada, ficando o adjudicatário obrigado à sua imediata reposição ou substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data do envio da nota de encomenda até à finalização da entrega dos bens de acordo com as condições exigidas.
 14. Caso a análise a que se referem os números anteriores comprove a conformidade dos bens entregues pelo adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, deve ser comunicado ao adjudicatário a respetiva aceitação pela Universidade de Lisboa.

Cláusula 8.ª - Dever de sigilo e confidencialidade

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade de Lisboa, de que venha a ter conhecimento.
2. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
3. O Adjudicatário obriga-se a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).

Cláusula 9.ª - Garantia dos Bens

1. O Adjudicatário deve garantir os bens fornecidos, contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas, nos termos do disposto no CCP e demais legislação que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens móveis.
2. O prazo de vigência da garantia, pelo período de 3 anos, conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos bens pela Universidade de Lisboa.
3. Durante o prazo de garantia, a prestação do serviço de assistência técnica será realizada nas instalações da Universidade de Lisboa.
4. Durante o prazo de garantia o adjudicatário deverá dispor de serviço de apoio técnico permanente, ao qual se possa comunicar todas as incidências e dúvidas técnicas surgidas com os bens fornecidos, disponibilizando para o efeito, o nome, contacto telefónico e endereço eletrónico, do técnico a contactar durante o prazo de garantia do bem fornecido.
5. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - b) O transporte do bem ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - c) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

-
- e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra;
 - h) A intervenção a ocorrer até 3 dias úteis seguintes à comunicação da ocorrência e nas instalações da Universidade de Lisboa;
6. O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens prevista no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro.

Seção II - OBRIGAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Cláusula 10.ª - Preço base

1. O preço base global, para efeitos do presente procedimento pré-contratual, é de 211.490,00€ (duzentos e onze mil, quatrocentos e noventa euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Universidade de Lisboa se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o fornecimento e instalação dos bens objeto do contrato, assim como, todos os trabalhos acessórios e complementares.
2. O preço base para o lote 1 – Aquisição de mobiliário para a sala de estudo no Pavilhão de Portugal – é de 18.210,00€ (dezoito mil, duzentos e dez euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço base para o lote 2 – Aquisição de mobiliário para a salas de formação no Pavilhão de Portugal – é de 193.280,00€ (cento e noventa e três mil, duzentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
4. Nos termos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o preço base para o lote 1 foi definido com base em uma consulta preliminar realizada à empresa fornecedora do mobiliário atualmente utilizado na outra sala de estudo situada no Edifício Caleidoscópio. Esta consulta teve como objetivo principal assegurar que a nova sala de estudo no Pavilhão de Portugal mantenha a coerência estética e funcional, alinhando-se à imagem

-
- identificadora da Universidade de Lisboa (ULisboa) e preservando uma uniformidade de estilo e linhagem de mobiliário entre os diferentes espaços dedicados ao estudo.
5. Nos termos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o preço base para o lote 2 foi definido com base em uma consulta preliminar informal através da consulta do site de uma empresa fornecedora do tipo de mobiliário pretendido.
 6. Após abertura das propostas e a publicação da lista de concorrentes, podem os concorrentes que apresentaram proposta solicitar através da plataforma eletrónica Acingov a consulta dos documentos referentes à consulta preliminar realizada para a formação do preço base.
 7. Os preços referidos nos números 1, 2 e 3 incluem todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Universidade de Lisboa, sendo por conta e risco do adjudicatário:
 - a) Despesas com deslocações de recursos, estadias e despesas de alimentação;
 - b) Encargos com telecomunicações;
 - c) Seguros;
 - d) Despesas com transporte e embalagem dos bens, bem como a carga e descarga dos bens;
 - e) Formação inicial aos utilizadores, quando necessária;
 - f) Despesa com instalação e montagem dos bens, quando necessária;
 - g) Todos os trabalhos acessórios e complementares.
 8. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato, incluindo em caso de prorrogação.
 9. As propostas que apresentarem preços superiores aos fixados nos números 1, 2 e 3 serão excluídas.

Cláusula 11.ª - Condições de pagamento

1. A Universidade de Lisboa deve pagar ao adjudicatário o valor constante da fatura única enviada.
2. O pagamento será efetuado pela Universidade de Lisboa após a entrega, instalação e aceitação de todos os bens efetivamente fornecidos.
3. A faturação deverá ser enviada ao cuidado do Gestor de Contrato, após a entrega e instalação dos bens, devendo ser acompanhada de nota discriminativa dos bens entregues, contendo sempre a indicação do número do contrato indicado, o número da Nota de Encomenda e o respetivo número de compromisso.
4. A(s) fatura(s) deve(m) ser emitidas, transmitidas e rececionadas, conforme o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de

dezembro, com as demais alterações resultantes do Decreto-Lei 14-A/2020, de 7 de abril, conjugado com as disposições constantes da Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro.

5. A quantia a pagar pela Universidade de Lisboa deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a data de receção da fatura, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
6. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
7. Em caso de discordância, por parte da Universidade de Lisboa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. O atraso no pagamento de qualquer(qualsquer) fatura(s) regularmente emitida(s) não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.
9. Os valores contestados pela Universidade de Lisboa e que vierem a ser objeto de correção não vencem juro de mora em caso de não pagamento.
10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.
11. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro dos prazos contratuais e legalmente previstos, a Universidade de Lisboa encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Cláusula 12.ª - Obrigações da Universidade de Lisboa

Decorre para a Universidade de Lisboa as seguintes obrigações:

1. Após a data de início do contrato, a Universidade de Lisboa obriga-se a emitir e a enviar a nota de encomenda correspondente ao valor adjudicado, no prazo estabelecido na cláusula 4.ª do presente caderno de encargos.
2. Notificar o adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias sobre qualquer rejeição dos bens entregues.

3. Assegurar que, entre a entrega, a receção e instalação dos bens objeto do contrato, a Universidade de Lisboa obriga-se a cooperar com o adjudicatário para que sejam criadas as condições de segurança dos bens que o adjudicatário considerar necessárias.

Setor III - Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

Cláusula 13.ª - Gestor do Contrato

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato, é designado um gestor.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
3. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III - VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 14.ª - Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Universidade de Lisboa pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens, 1% do valor global do contrato, havendo um agravamento de:
 - 0,05% do valor global do contrato, por cada dia de atraso até ao 10.º dia inclusive;
 - 0,10% do 11.º dia de atraso até ao 20.º dia inclusive;
 - 0,20% a partir do 21.º dia de atraso;
 - b) A alínea anterior não invalida a devolução dos bens, caso a entidade adjudicante entenda ser necessário, por poder comprometer a qualidade do concursado.
2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.

3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Universidade de Lisboa decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a Universidade de Lisboa possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.
5. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula serão objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

Cláusula 15.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor

1. O adjudicatário não pode subcontratar ou ceder a sua posição contratual, nem transmitir quaisquer direitos ou obrigações, seja a que título for, sem a prévia autorização prestada por escrito pela Universidade de Lisboa, aplicando-se o regime constante no art. 316º e seguintes do CCP.
2. No caso cessão da posição contratual, para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cederá a sua posição contratual ao concorrente classificado pela ordem sequencial do presente procedimento pré-contratual, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
4. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data a indicar pela Universidade de Lisboa.
5. No caso de subcontratação, para efeitos de autorização a que se refere o número 1, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 3 do artigo 318.º do CCP.
6. A Universidade de Lisboa deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 dias a contar da respetiva notificação, considerando-se rejeitada caso a Universidade de Lisboa não efetue nenhuma comunicação ao adjudicatário dentro do referido prazo.

Cláusula 16.ª - Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento especificada na fatura ou a partir da data da receção do bem, ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.
4. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade de Lisboa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção da declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
5. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 17.ª - Resolução do contrato por parte da Universidade de Lisboa

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente o atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato ser superior a um terço do prazo máximo previsto.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Universidade de Lisboa.

Cláusula 18.ª - Caução

1. Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes do contrato, o adjudicatário ficará obrigado a prestar uma caução à Universidade de Lisboa correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratual global.
2. A caução permanecerá válida até cessarem todas as obrigações do adjudicatário decorrentes do contrato, sendo libertada pela Universidade de Lisboa no prazo máximo de 30 (trinta) após

a aceitação da totalidade dos bens, conforme referido e da extinção de todos os efeitos jurídicos do contrato, salvo se houver lugar à sua execução parcial ou total.

3. Em caso de incumprimento ou de cumprimento defeituoso pelo adjudicatário das obrigações assumidas ao abrigo do contrato a celebrar, a Universidade de Lisboa poderá acionar, total ou parcialmente, a caução referida nos números anteriores.
4. Sempre que a Universidade de Lisboa exerça o direito previsto no ponto anterior, o adjudicatário obriga-se a repor o valor inicial da caução prestada à Universidade de Lisboa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO IV - Disposições finais

Cláusula 19.ª - Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 20.ª - Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 21.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª - Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

Cláusula 24.ª - Especificações Técnicas

As especificações técnicas para o objeto de contrato a celebrar para o lote 1 e lote 2 são as constantes do Anexo A ao presente caderno de encargos, assim como, as quantidades que se pretende adquirir de cada um dos bens que constituem o lote 1 e lote 2.

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

2400000741_SA_56AGIM2024

Aquisição e instalação de mobiliário diverso para o Pavilhão de Portugal, por lotes

Anexo A ao Caderno de Encargos

1. Requisitos iniciais

- a) As presentes especificações técnicas dizem respeito aos requisitos exigidos para o fornecimento e instalação de mobiliário diverso para o Pavilhão de Portugal.
- b) Toda as imagens apresentadas no presente anexo ao caderno de encargos servem apenas de referência. Deverá entender-se que o pretendido será sempre do “tipo indicado” ou equivalente”.
- c) Durante o processo de fabrico de todo o mobiliário objeto do presente procedimento, lote 1 e lote 2, deverão ser utilizados pelo menos 2% de componentes ou materiais recicláveis.
- d) De modo a dar cumprimento à Resolução de Conselho de Ministros n.º 132/2023 de 25 de outubro e à Resolução de Conselho de Ministros n.º 162/2024 de 12 de novembro de 2024 devem os bens a adquirir ao abrigo do presente procedimento ter:
 - certificação ISSO 14001 (certificação ambiental) para atividade relacionada com objeto do contrato a celebrar, ou equivalente;
 - A madeira deve ser obtida a partir de florestas com certificação de gestão sustentável, como por exemplo PEFC (ver documento original) (Programme for the Endorsement of Forest Certification) e FSC(ver documento original) (Forest Stewardship Council) ou o Rótulo Ecológico da EU.

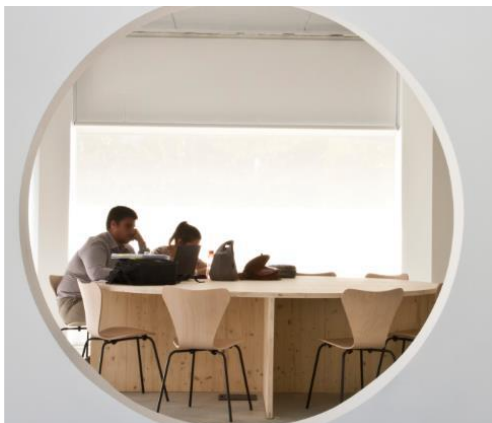
2. Características do mobiliário diverso a adquirir para o Pavilhão de Portugal:

2.1. Lote 1 – Aquisição de mobiliário para a sala de estudo no Pavilhão de Portugal

- a) Pretende-se a adoção do mesmo tipo de mobiliário presente na sala de estudo do caleidoscópio de modo a permitir uma manutenção mais eficaz e célere, sendo, em caso de necessidade, possível colmatar falhas entre as duas salas de forma quase imediata.






b) O mobiliário pretendido é:

- i. Mesa retangular com as seguintes dimensões 3.000 x 1200 x 750 mm. Tampo: painel de madeira tricapa com 32mm espessura. Painel de travamento: painel de madeira tricapa com 32mm espessura. Ilharga: painel de madeira tricapa com 32mm espessura. Acabamento: envernizamento do tipo ISAR_RAKOIL OIL PUR 30. Pretende-se adquirir 1 mesa.
- ii. Mesa circular com as seguintes dimensões 2.400 mm de diâmetro e 750 mm de altura. Tampo: painel de madeira tricapa com 32mm espessura. Painel de travamento: painel de madeira tricapa com 32mm espessura. Ilharga: painel de madeira tricapa com 32mm espessura. Acabamento: envernizamento do tipo ISAR_RAKOIL OIL PUR 30. Pretende-se adquirir 8 mesas.
- iii. Cadeira simples com as seguintes dimensões: 49 x 52 x 44cm. Modelo tipo “Jacobsen”. Estrutura em tubo de aço lacado. Casco em contraplacado de madeira, folheado a faia. Estrutura com pintura epoxy e madeira com verniz poliuretano. Terminais em poliamida. A cadeira deve ser empilhável. Pretende-se adquirir 70 cadeiras.
- iv. As imagens seguintes pretendem ser apenas ilustrativas do tipo de bens que se pretende adquirir:



2.2. Lote 2 – Aquisição de mobiliário para salas de formação no Pavilhão de Portugal

- a) Pretende-se a aquisição de diverso mobiliário para equipar o edifício do Pavilhão de Portugal que terá como principal função o acolhimento de diversas atividades, tais como, palestras, conferências, formações e exposições.
- b) As imagens apresentadas no quadro seguinte pretendem ser apenas ilustrativas do tipo de bens que se pretende adquirir.
- a) O mobiliário pretendido é:

| Artigo | Descrição | Qdt | Uni | Imagem de referência |
|---|--|--------|-----|---|
| Cadeira fixa tipo "Jacobsen" ou equivalente, com braços | Fornecimento e montagem de cadeiras com braços tipo "Jacobsen" ou equivalente, com estofo em tecido. A cadeira deve ser empilhável. | 500,00 | un |  |
| Cadeira fixa tipo "Jacobsen" ou equivalente sem braços | Fornecimento e montagem de cadeiras sem braços tipo "Jacobsen", ou equivalente, com estofo em tecido. A cadeira deve ser empilhável. | 460,00 | un |  |
| Carro para transporte de cadeiras | Fornecimento de carro para transporte de cadeiras, adequado ao modelo de cadeira proposta (cadeira fixa tipo "Jacobsen" ou equivalente com e sem braços) | 5,00 | un |  |
| Cadeira giratória com braços | Fornecimento e montagem de cadeiras giratórias costa média com braços. Estofado em tecido rede – cinza. Dimensões de 64x56x106cm | 15,00 | un |  |
| Mesa com tampo rebatível | Fornecimento e instalação de mesas com tampo rebatível na vertical e com tampo em aglomerado de madeira revestido a melamina. Dimensões 140x80x72cm. Estrutura pintada a epóxi. Equipada com rodas, sendo duas com travão ou deslizadores. | 80,00 | un |  |